

## **As relações entre a cultura indígena e o ensino de História em uma escola não-indígena em Uberlândia - MG: um relato de experiência**

**The relations between indigenous culture and  
History teaching in a non-indigenous school  
in Uberlândia - MG: na experience report**

*João Victor Xavier Biggi*<sup>1</sup>

*Mislele Souza da Silva*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador bolsista pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Núcleo História/Geografia da UFU - CAPES. E-mail: joao.biggi@ufu.br.

<sup>2</sup> Mestra e graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Especialista em "Culturas e História dos Povos Indígenas" pela Faculdade de Educação (FACED/UFU), autora do livro "Mulheres em Luta: o Movimento Feminino pela Anistia" e atualmente Professora da Rede Estatal de Educação Básica. Professora Supervisora pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Núcleo História/Geografia da UFU - CAPES. E-mail:mislele.silva@educacao.mg.gov.br.

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta central apresentar um relato de experiência acerca do processo de planejamento e de realização de um projeto socioeducacional interdisciplinar sobre a Cultura e a História dos Povos Indígenas para os alunos do Ensino Médio, aplicado em uma escola estadual no município de Uberlândia – MG em 2023. Neste sentido, através da interculturalidade, tentamos inserir, articular e correlatar múltiplas vivências, concepções, costumes e saberes entre as tradições indígenas e a comunidade escolar não-indígena em questão, abordando ainda tópicos como a realidade escolar e as dificuldades em relação ao ensino de História e os aparatos educacionais que retratam, em sua grande maioria, uma visão eurocêntrica e racista da temática indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura e História dos Povos Indígenas; Ensino de História; Interculturalidade; Relato de experiência; PIBID.

## ABSTRACT

The main purpose of this work is to present an experience report about the process of planning and carrying out an interdisciplinary socio-educational Project on the Culture and History of Indigenous Peoples for high school students, applied in a state school in the city of Uberlândia – MG in 2023. In this regard, through inter culturality, at temp ted to insert, articulate and correlate multiple experiences, conceptions, customs and know ledge between indigenous traditions and the non-indigenous school community in question, also add ressing topics such as the school reality and the difficulties in relation to the teaching of History and the educational devices that portray, for the most part, a Eurocentric and racist view of indigenous themes.

**KEYWORDS:** Culture and History of Indigenous Peoples; History Teaching; Interculturality; Experience report; PIBID.

## **Introdução**

O atual artigo possui como temática central uma abordagem acerca da História e da Cultura Indígena em sala de aula e em escolas públicas, tendo como principal recurso pedagógico a Semana dos Povos Indígenas (SPI). Este projeto foi inspirado em ideias de autores relevantes e planejado e desenvolvido por um grupo de bolsistas e de uma Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

Deste modo, possui como componentes principais a apresentação e os processos necessários para a idealização do projeto, bem como sua adaptação para o cenário da escola a qual foi inserido e a preparação do grupo que o desenvolveu, seguido por um relato de experiência focalizado em vivências e em acontecimentos prévios, durante e após a sua introdução no ambiente escolar, percebidos e experimentados por um pibidiano em conjunto de sua Professora Supervisora, e por fim o papel e o impacto direto das ações do projeto e do conceito de Interculturalidade no processo de rompimento com os estigmas e os preconceitos raciais na sociedade brasileira.

Além de abordar tais questões, este trabalho visa compreender como o ensino de História pode ser diretamente modificado através da utilização dos saberes e dos conhecimentos indígenas, e como suas diversas e múltiplas visões e compreensões de mundo e configurações sociais podem restabelecer e designar novos significados em uma sociedade majoritariamente racista e preconceituosa, que oprime e nega a história e a historiografia indígena.

### **A Semana dos Povos Indígenas (SPI): da sua idealização à sua realização**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à

Docência – PIBID do Núcleo História/Geografia da Universidade Federal de Uberlândia<sup>3</sup>. Nesta edição, o subprojeto História/Geografia teve como recorte temático as relações étnico-raciais, sendo então realizado, dentre outras atividades, um projeto que buscou apresentar e introduzir, em uma das escolas-campo que integram o núcleo, acerca da Cultura e da História dos Povos Indígenas, tendo como aparato socioeducacional a Semana dos Povos Indígenas (SPI).

A Semana dos Povos Indígenas teria, assim, como objetivos gerais promover ações educacionais que combatessem o racismo que os povos indígenas da sociedade brasileira sofrem, criticando e contestando os estereótipos e os preconceitos, em busca do respeito e da valorização desses povos, bem como de oferecer signos para a comunidade escolar sobre a história, a cultura e os direitos dos povos indígenas, que são reconhecidos cidadãos e cidadãs plenos e plenas e indivíduos que integram a nossa sociedade.

A iniciativa da organização e da efetivação de uma Semana dos Povos Indígenas para a escola-campo surge diretamente de uma proposta de intervenção interdisciplinar que visava superar preconceitos e conflitos do senso comum sobre as comunidades indígenas partindo do trabalho de um, dos mais relevantes, historiador e estudioso da temática indígenas no Brasil, sendo este o Prof. Dr. Edson Silva que, em um de seus trabalhos, aponta o importante

---

<sup>3</sup> O PIBID - Núcleo História/Geografia da UFU é coordenado pelas Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo, Prof.<sup>a</sup> Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha e Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Fagna Gomes de Souza, e o grupo da escola-campo em questão analisada é formado pela Professora Supervisora Ma. Misele Souza da Silva e pelos seguintes bolsistas pibidianos e pibidianas: Crystyna Loren Cordeiro Teixeira, Emilia Zanol de Souza, Gabriel Fonseca Scatolin, Giovana Massini Pagni, João Mateus Neto, João Victor Xavier Biggi, Luiz Otávio Oliveira e Myrella Azarias Gonçalves, pelos quais agradecemos imensamente a todos e a todas na contribuição para a construção de saberes e de conhecimentos durante o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido não apenas nesta temática, mas como em todos os outros eixos discutidos durante o programa. Agradecemos também a participação dos bolsistas que integraram nosso grupo anteriormente, sendo estes: Luciano Martins e Julia Azevedo Borges.

questão de:

Ampliar o "Dia do Índio" para uma "Semana dos Povos Indígenas" a ser promovida nas escolas com exposições de trabalhos e pesquisas interdisciplinares realizadas pelo alunado, exibição de vídeos, fotografia, debates com a participação de indígenas, especialistas, instituições indigenistas, etc., como forma de proporcionar maior conhecimento sobre a situação e diversidade sociocultural dos povos indígenas. (SILVA, 2002, p. 55) <sup>4</sup>

Deste modo, seguindo a proposta que Silva (2002) expõe em sua produção e compreendendo a realidade da escola-campo, de seus servidores e de seu corpo discente, foi pensada, estudada e programada uma complexa semana de atividades que tinha como foco a temática indígena e a sua pluralidade e diversidade, ao entender a existência de suas diferenças, compreender os espaços ocupados por este grupo no Brasil atual e estimular a participação e o interesse do alunado em adquirir conhecimentos da história e da cultura indígena. Estes movimentos foram articulados por meio da realização de visitas, estudos, produções, exposições, conversas, apresentações e reflexões sobre os mais diversos saberes e aspectos das populações originárias brasileiras e suas condições contemporâneas, frente a exclusão e ao apagamento histórico na cidade de Uberlândia – MG, assim como em todo o país.

O período de planejamento para a preparação do projeto partiu de diversas atividades realizadas internamente pelo grupo de bolsistas com a Professora Supervisora, incluindo longas reuniões de organização, buscas e debates de textos e referências como “Corporalidades Indígenas e a sua inserção no ambiente escolar: possibilidades através de uma proposta

---

<sup>4</sup> Ler “Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula” de Edson Silva, onde o autor supracitado apresenta esta e muitas mais formas de intervenção nas escolas para o combate ao racismo e aos estereótipos impostos as populações indígenas brasileiras, além de possíveis materiais e produções para auxiliar o desenvolvimento da temática de maneira decolonial e autônoma em sala de aula.

integradora” do professor e doutorando Fabrício GurkewiczFerreira e “Mulheres que correm como onças: ancestralidade sagrada e poder!” da indígena pesquisadora e Doutora Honoris Causa pela faculdade FEBRAICA Avelin Buniacá Kambiwá, buscas de documentários e filmes que abordassem a temática indígena, reuniões com as supervisoras da escola-campo para esclarecimento de dúvidas e para organização da execução do projeto, além da produção de um Projeto Integrador para anexar aos documentos régios da unidade escolar, diálogos com as coordenadoras do PIBID - Núcleo História/Geografia da UFU para orientação e solicitação de ônibus, planejamento de roteiro para as visitas técnicas, contato com as convidadas e sugestões de temáticas para pesquisa do corpo docente.

Uma das propostas sugeridas pelo grupo de pibidianos juntamente a Professora Supervisora encarregada foi de que cada turma do Ensino Médio, que participaria da Semana dos Povos Indígenas, realizasse uma produção com a supervisão e o auxílio de outros professores e/ou professoras, de variadas áreas de conhecimento da escola-campo, seguindo como base de escolha a disciplina de formação de cada um e cada uma destes e destas responsáveis do corpo docente. Tal movimento fez com que, durante o bimestre em que a SPI iria ocorrer, uma multiplicidade de trabalhos fosse de fato pensados e produzidos pelos próprios e pelas próprias estudantes sob a orientação dos servidores da escola, onde temáticas prévias haviam sido apresentadas, mas que não foram limitadoras para com a criatividade e a realização dos materiais que foram expostos durante a semana de encerramento do projeto.

Desta maneira, durante os meses de maio e junho de 2023 foram realizadas as atividades de: 1) pesquisa dos professores e das professoras acerca da temática; 2) abordagem do tema em sala de aula pela equipe de bolsistas e da Professora Supervisora; 3) elaboração dos trabalhos pelos alunos; 4) orientação dos trabalhos pelo corpo docente da escola-campo; organização da semana de

eventos pela equipe do PIBID; e, por fim, 5) a culminância na Semana dos Povos Indígenas com eventos, visitas e a apresentação dos trabalhos.

Durante a SPI ocorreu então a exibição do filme-documentário “O Território”, lançado no ano de 2022, dirigido por Alex Pritz e protagonizado pelo povo indígena Uru-eu-wau-wau, localizados no estado de Rondônia, que aborda a história recente desta comunidade indígena que se viu vulnerável e em risco após as múltiplas invasões e ameaças contra as suas integridades territoriais, sociais, culturais e de direitos. Além da exibição, houve também dois momentos de visita guiada de todas as turmas do Ensino Médio da escola-campo ao Museu dos Povos Indígenas (MUPI), que se encontra sob a tutela da própria Universidade Federal de Uberlândia, onde lá puderam ter contato com artigos e fatos que circundam a temática e a resistência indígena no Brasil, absorvendo relevantes informações que foram expostas e debatidas com os organizadores do museu, organizadores da SPI e do alunado.

Outro espaço visitado pelos alunos e alunas da escola-campo foi o Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), órgão complementar vinculado ao Instituto de História (INHIS) e aos cursos de graduação em História, onde os discentes visitantes tiveram a chance de visualizar e analisar documentações históricas de diversas origens e fontes, em que em sua grande maioria a temática remontava as questões e a discussão indígena, pois estes documentos foram selecionados e separados pelos próprios servidores do órgão para melhor atender o público e a temática da vez.

As produções realizadas pelos alunos e alunas, citadas anteriormente, foram também expostas para toda a escola-campo onde as turmas tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, puderam ter maior contato com os produtos desenvolvidos pelo corpo discente, e assim refletiram ainda mais sobre a questão, os estigmas e as lutas que envolvem as populações indígenas que se encontram no território brasileiro.

Entre as produções dos alunos e das alunas são possíveis encontrar: exposições sobre a influência dos idiomas indígenas na língua portuguesa brasileira; exposições sobre a influência dos costumes e dos rituais indígenas na sociedade não-indígena; a produção de redações abordando a temática indígena; a produção de pigmentos utilizando os métodos de extração indígenas; a realização de oficinas de pintura de telhas utilizando das influências artísticas e dos métodos de extração de pigmento de povos indígenas; cartazes inspirados na arte indígena; cartazes sobre a astronomia de uma comunidade indígena; cartazes sobre a filosofia de vida e de morte de comunidades indígenas; cartazes sobre as concepções de territorialidade e espiritualidade; cartazes sobre plantas medicinais utilizadas por povos indígenas; cartazes sobre dados demográficos e habitacionais; e o desenvolvimento de um jogo de memória sobre populações indígenas e seus grafismos.

A Semana dos Povos Indígenas teve seu encerramento com a presença ilustre de uma importante representante e ativista da comunidade indígena de Uberlândia, a cacica e pajé Kawany Tupinambá, que lidera e organiza o cordão de 'desaldeados' do município. A cacica compareceu à escola-campo onde conduziu uma excepcional e cativante conversa com os alunos e as alunas, abordando e apresentando tudo aquilo que em sua visão pudesse agregar aos conhecimentos e saberes da comunidade escolar e desta população não-indígena que a recebeu para conhecer e compreender a sua cultura, sua concepção de mundo, de vida, de morte, de interação social e interpessoal.

O dia ainda contou com a leitura final de uma fundamental e importante fala escrita e enviada para os pibidianos e as pibidianas pela Professora Dra. Patrícia Emanuelle Nascimento, adjunta do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisadora da temática indígena em seus âmbitos acadêmicos, analisando historiograficamente a participação



indígena na história brasileira e regional e as relações de interculturalidade na sociedade, sua fala mencionou, principalmente, a questão territorial a qual os indígenas estão submetidos na atualidade, comentando ainda sobre a diversidade e a pluralidade das comunidades originárias brasileiras, reivindicando seus direitos legais e abolindo preceitos e preconceitos racistas que ainda assolam o imaginário e a nossa sociedade não-indígena.

### **O relato de experiência de um pibidiano em formação**

O Ensino de História possui diversas construções e diversas formas de ser apresentado, podendo variar conforme a visão de cada docente ou se configurar de maneira completamente alternada segundo o seguimento e/ou os materiais que são escolhidos para serem utilizados, e desta mesma forma se organiza também o Ensino da História dos Povos Indígenas.

As construções e as realidades de uma escola não-indígena impactam diretamente na forma a qual o conteúdo sobre os povos originários e suas culturas são ensinados para as crianças, os adolescentes e os jovens; é inegável que a estruturação a qual o ensino brasileiro estava – e continua, em algumas ocasiões – organizado deturpam a imagem dos povos indígenas do Brasil. Não são escassos os trabalhos desenvolvidos sobre a generalização das tradições, dos idiomas, dos inúmeros povos e suas múltiplas características nos livros didáticos, por exemplo.

Entretanto, existem certos aparatos, alguns que demandam mais atenção e cálculo do que os tradicionais, que podem ser eficientes para o combate dos preconceitos e do racismo estrutural enraizado em nossa sociedade, não sendo, certamente, uma tarefa fácil e rápida para suas adaptações e utilizações no dia a dia, mas ainda podendo ser bem-sucedida em muitos casos quando um planejamento e cronograma assertivo possa ser estruturado e aplicado no

contexto do Ensino Básico. Assim, esta construção historiográfica que confronta a história estruturalista deve de fato ser levada em consideração, principalmente ao ter oportunidades suficientes, vivenciadas e experimentadas durante sua formação docente.

Enquanto sob o prisma de um pibidiano, as maneiras pelas quais o ensino se demonstra, remontam uma esperança para uma sociedade que busca na educação uma solução para certos impasses sociais, parafraseando Freire (2001) o ato de se compreender é uma movimentação construída, em que se é necessário persistir e avançar nas técnicas de leitura e de estudo, paralelas a uma realidade em que não apenas o aluno ou a aluna se caracteriza em um estudante, mas também o próprio docente se deve ler como um ser em constante aprendizado e de troca de saberes diante de sua turma.

Assim exposto, de quais maneiras a Semana dos Povos Indígenas e a conceituação freiriana podem se apresentar tangentes uma à outra? De quais formas a Interculturalidade<sup>5</sup> e as trocas de saberes e signos entre uma comunidade escolar não-indígena e a cultura ancestral originária podem se aliar aos princípios de Freire? Como em uma roda de conversa a qual uma representante indígena dialoga com horizontalidade com adolescentes estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual organizada por docentes em formação pode simbolizar uma ruptura com os discursos e as concepções

---

<sup>5</sup>A interculturalidade crítica, conceituação utilizada para o planejamento e desenvolvimento do projeto e do pensar do recurso pedagógico da SPI, tem como cerne o reconhecimento e a integração de um conjunto de práticas e de saberes que são promovidos e fundamentados em diferentes realidades e configurações sociais, de modo que a cultura regional e a configuração local são consideradas e recebem posição basilar na construção de concepções pedagógicas frente aos pressupostos e preconceitos, em sua totalidade eurocêntricos e etnocêntricos, estabelecidos e enraizados na sociedade Ocidental. Assim, este conceito se insere intrinsecamente a uma constante e presente necessidade de os grupos originários e indígenas brasileiros se posicionarem e se localizarem diante dos preconceitos e dos racismos que se mostram e se impõem estruturais nos mais amplos e diversos espaços sociais e discursos da atualidade. Ler DINIZ, Leomar Oliveira. Diálogo (necessário) entre o Ensino de História Indígena e Interculturalidade Crítica. *Temporalidades*, v.12 n.3, 2020.

racistas, estruturais e tradicionais da educação brasileira?

Algumas destas perguntas podem ecoar por gerações de profissionais da educação, mas desde que a Constituição cidadã de 1988 incluiu os povos indígenas e, principalmente, desde a promulgação da Lei 11.645/2008<sup>6</sup> o Ensino da História e da Cultura dos Povos Indígenas no Brasil se torna finalmente obrigatório em todas as instâncias do Ensino Básico, sendo necessário ainda responder às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular<sup>7</sup>, que na habilidade EM13CHS601 indica também obrigatoriedade em relacionar as questões indígenas juntamente aos processos históricos e aos contextos de inclusão e de exclusão nas sociedades da América.

A vivência selecionada para a realização deste relato de experiência se mostra clara e relativa à SPI, já introduzida e contextualizada anteriormente, e tenta agora de maneira objetiva se relacionar com Freire (2001) e com o processo de formação à docência, pois o período de duração deste projeto e deste eixo temático do PIBID se apresentou como um rico e ímpar seguimento, na ocasião de que a construção e o preparo de um professor ou de uma professora baseada apenas na teoria pode se identificar diminuto quando não se há a presença da prática como um fator associado e essencial para o processo de ensino-aprendizagem em desenvolvimento.

Não são poucos os desafios que surgem frente a utilização de métodos e técnicas não tradicionais – se nestas ainda existem problemáticas imprevisíveis, nas não usais este caso se intensifica – mas ainda assim o andamento do trabalho como no alcance de sua totalidade e em sua completude ainda pode significar a persistência e a continuidade da crença do aprender e do compreender como dito por Freire (2001) em sua carta destinada aos

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

professores e professoras.

Deste modo o atual item, tentará analisar e avaliar os processos e o passo a passo das atividades que foram realizadas e experimentadas pelos pibidianos e pela Professora Supervisora da escola-campo a qual a Semana dos Povos Indígenas foi incorporada, de forma a perceber suas dificuldades, seus acertos e os possíveis ou necessários ajustes que a atividade pode exigir em futuras aplicações através de um texto de relato de experiência.

É notável que para a concepção e para o planejamento do projeto foi necessário que o grupo organizador responsável se debruçasse de antemão em uma variada bibliografia que aproximasse a temática do ensino e a temática indígena, de modo que a Interculturalidade fosse um dos pilares que regesse a maneira a qual a Cultura e a História dos Povos Indígenas fossem apresentadas e levadas a debate para com o alunado.

Este processo de busca temática e de leitura se mostra extremamente engrandecedor, onde novas fontes, novas bibliografias, novos autores e autoras se expressam e indicam quais rumos e quais mudanças educacionais podem ser colocadas diante da questão indígena e de quais modos podemos encontrar a partir das epistemologias indígenas as respostas para tantas perguntas.

Novamente a leitura e o aprendizado, partindo do lado do corpo docente do projeto, reluz às concepções freirianas, que defendem não apenas um diálogo e o depósito de conhecimento sob o alunado, mas uma construção mútua de saberes e conhecimentos que remetem a ambos os lados a criação de uma conectividade, partindo do pressuposto que todas as experiências de vida são levadas em consideração e contribuem para o processo socioeducativo.

Posterior a preparação bibliográfica, foi preciso lidar com uma robusta problemática social, tendo em vista que a sua estrutura leva a comunidade escolar a reduzir os indígenas às concepções “genéricas” da temática, o que se espera encontrar em um ambiente em que a questão pode ter sido não

trabalhada ainda ou tida como menos relevante. Perante os estigmas preconceituosos e eurocêntricos preexistente e consolidados no imaginário popular, foi posto como imprescindível um momento inicial onde todos os conhecimentos prévios do corpo discente precisariam ser entendidos para que a abordagem da SPI confrontasse e desmantelasse aqueles conhecimentos pautados em inverdades e aversões, sendo aplicado entre os estudantes um formulário contendo perguntas básicas sobre conhecimentos gerais da História e da Cultura Indígena, remontando aulas passadas, lembranças, histórias, contos e conhecimentos populares e qualquer informação adicional que poderia ser remetida de alguma forma em relação ao grupo em destaque.

Após a coleta de respostas nas turmas de Ensino Médio, este caso se repete na questão docente, onde detalhadas instruções foram também imprescindíveis para evitar que qualquer abordagem na construção dos materiais sob supervisão dos docentes seguisse, mesmo que não conscientemente, alguma destas ideias de matriz intolerante e estereotipada.

Seguindo com a produção de materiais, a todo momento uma minuciosa confirmação e checagem de fontes e de bibliografias foram retomadas para a certeza de que nenhuma informação produzida reproduzisse generalizações ou levassem como base teórica ideias que deturpassem a pluralidade acerca da temática indígena, buscando respeito e seriedade ao produzir notas sobre a Cultura e a História Indígena.

Ao pensar as visitas o fator surpresa deve sempre ser levado em consideração, a atuação de crianças, adolescentes e jovens nos espaços fora da escola-campo pode se mostrar abrupta e não correlativa aos ambientes externos, o que também é preciso ser discutido previamente de maneira respeitosa e atenciosa para que as experiências deste corpo discente não sejam ceifadas por regras autoritárias e sem conexão com o processo libertário que a educação deve tomar como princípio. Situações onde o alunado apresenta desinteresse,

não segue o roteiro prescrito ou simplesmente se encontra em uma ocasião de exaustão pelo andamento da visita, caracterizam episódios que podem ocorrer e devem ser esperados, frente a uma complexa trama de relações entre o professorado, os estudantes e os organizadores do projeto – neste caso pibidianos e pibidianas e a Professora Supervisora – mas estas questões não devem resumir o projeto ou marcar o mesmo como algo falho, e sim preparar e considerar tais problemáticas em uma aplicação futura, atentando que certas ações podem manifestar apenas desatenção ou não relevância no contexto socioeducativo a qual os alunos e as alunas estão ambientados.

A exibição do filme-documentário e a exposição e apresentação de trabalhos se mostraram fundamentadas e funcionais a partir dos pressupostos de que havia razões suficientes para uma adesão dos alunos e das alunas, sejam por motivações como as visitas, por curiosidades, por interesses genuínos ou por propostas de atividades que não são regidas pelo ensino tradicional e por conta de um preparo significativo anterior para adentrar e realizar as demandas destas atividades.

Por fim, a mais importante das atividades viria ser a roda de conversa liderada pela cacica e pajé da localidade, que com todo seu saber e domínio de suas expressões culturais e artísticas, direcionou o debate para assuntos cruciais e de interesse do alunado, sabendo traçar e alinhar toda sua fala e suas experiências com os objetivos centrais da Semana dos Povos Indígenas, que eram tanto a destituição de preconceitos e do racismo, quanto uma sensibilização da comunidade escolar frente a questão indígena. Além da indispensável fala produzida pela Professora Dra. Patrícia Emanuelle Nascimento que encerra toda a produção e organização de trabalhos e projetos desenhados pela organização do PIBID.

## **A Interculturalidade e os saberes indígenas como solução**

Após a apresentação do projeto desenvolvido e a avaliação dos processos para a efetivação da Semana dos Povos Indígenas na escola-campo, algumas conclusões podem ser assumidas partindo dos resultados e do retorno da experiência vivenciada pelo grupo do PIBID em questão. Neste tópico, então, serão retomadas algumas questões teóricas que puderam ser conferidas por meio da prática e do exercício da docência na SPI e nas atividades gerais realizadas pelos pibidianos e pelas pidianas bolsistas.

Convivendo em uma sociedade moldada estruturalmente com raízes e bases preconceituosas e racistas que possuem o eurocentrismo e as perspectivas colonizadoras como o norte da historiografia brasileira, compreendemos que a educação e as escolas possuem um papel fundamental em não apenas revisitar, mas buscar alterar os estigmas que perduram até a atualidade, tanto na construção social, quanto na perspectiva histórica e de seu ensino.

A escola, o corpo docente e o alunado, possuem, enquanto espaço e posicionamento social, condição de mediadores socioeducativos com margens consideráveis para ressignificar a história e trazer para o debate aqueles e aquelas que são previamente minimizados, apagados ou excluídos da construção da história e da identidade nacional, como os povos originários.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID proporciona aos professores e professoras em formação a visão de um horizonte que repensa e reanalisa como a educação vem sendo construída no país, em específico no campo historiográfico em que é nítido como o retratar e o discurso utilizado para e sobre as minorias étnicas no Brasil modelam desde a fase ou o período educacional basilar uma estruturação que carrega consigo a história

dos “vencedores”<sup>8</sup>, dos “conquistadores” ou das “classes dominantes”, que a todo momento oprimem e assimilam, o que decidirem por si, dos “vencidos”, dos “esquecidos” ou dos “apagados”, desde que a sua narrativa ainda seja a de maior relevância e a que conste nos registros oficiais.

A prática unida a teoria, nestas ocasiões, leva a esta reconsideração da História, bem como a reconsideração do próprio Ensino de História na Educação Básica, onde questões de um panorama hegemônico são vistas como um mero recorte da historiografia sem que haja sua real problematização e reflexão de seus impactos econômicos, sociais ou culturais. Este movimento permite que, por exemplo, indígenas – somados as políticas públicas e aos atos seculares de resistência – sejam inseridos em espaços que antes eram renegados, segregados e excluídos, como na construção teórico-metodológica educacional.

Com a criação e a formação de escolas indígenas<sup>9</sup>, com a introdução e a participação de cidadãos e cidadãs indígenas em ambientes institucionais de educação e de administração a níveis municipais, estaduais e federal, com movimentos de articulação decisivos em suas formas de lutar, resistir e obter alterações estruturantes, foi possível iniciar um processo nunca antes visto na realidade brasileira, como o qual a autora portuguesa Grada Kilomba (2020) apresenta em seu livro “Memórias da Plantação” sobre a comunidade negra escravizada pela classe dominante dos brancos, os povos indígenas a partir deste momento podem utilizar sua voz e sua escrita para reescrever a sua própria história, assumindo o papel do “Eu” e não do “Outro”, reivindicando e reassumindo seus direitos, suas histórias, suas presenças, seus territórios, suas perdas e suas conquistas, abandonando a história dos “vencedores” e

---

<sup>8</sup> Ler LÖWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 25-26, p. 20–28, 2011.

<sup>9</sup> Consultar o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas instruído em 1996 juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



imputando-se da história popular, da “história vista de baixo”<sup>10</sup>, da realidade historiográfica e de seus locais e papéis sociais e civis na sociedade brasileira.

A educação de base necessita ponderar se os materiais e os saberes que estão constituídos e em vigor no momento, são de fato portadores da inclusão que alguns grupos, como os indígenas, reivindicam por tanto tempo e são seus por direito e por lei. É necessário haver uma profunda revisão na formação acadêmica superior de professores e professoras que não possuem como obrigatoriedade<sup>11</sup> o ensino da Cultura e da História dos Povos Indígenas em sua formação docente, podendo isso causar uma carência educacional no futuro irreparável.

Ações como a Semana dos Povos Indígenas, o ensino não “genérico” acerca da temática indígena e uma maior preocupação com a questão devem ser pautas constantes nas comunidades escolares e no corpo docente brasileiro, que deve ensinar e refletir diariamente sobre os processos de surgimento, de sociedade, de organização, de cultura, de invasão, de massacres, de resistência, de demarcação, e dos demais seguimentos que envolvam as populações indígenas brasileiras e suas mobilizações.

Como demonstrado neste trabalho, a SPI se aponta como um aparato educacional que consegue suprir parte dos déficits e das faltas que o sistema segregacionista de educação possui, abordando de uma forma Intercultural e interdisciplinar os diversos saberes e as mais plurais epistemologias indígenas que compõem o Estado nacional. O Ensino de História dialoga de maneira intensa e revitalizadora com a Cultura Indígena, o projeto exposto demonstra tal característica de maneira expressiva, retomando ainda Freire (2001) e

---

<sup>10</sup> Ler THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. A lei torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena apenas no ensino fundamental e médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

revisitando os papéis e os desígnios de um professor ou de uma professora, assim como o ato de construção e de troca dos saberes que atingem a máxima da Interculturalidade repetidamente.

### **Considerações Finais**

Sob este prisma, acreditamos que é relevante abordar aqui enquanto Professora Supervisora do PIBID/ Professora da Rede Estadual e estudante de licenciatura/ bolsista do PIBID, que este programa e o nosso subprojeto de forma específica, tem se mostrado como um recurso fundamental tanto para formação do futuro docente quanto para formação continuada e abertura de um novo leque de possibilidades didáticas, metodológicas e de relação interpessoal para a professora atuante. As trocas, as possibilidades de pensar e repensar o trabalho docente, as propostas e a reflexão sobre as complexidades das relações entre aluno/professor/escola têm contribuído tanto para o aprendizado dos alunos quanto para os docentes. Com o PIBID, o professor da Rede Básica tem a possibilidade de entrar em contato com novas metodologias, se envolver em atividades de capacitação e formação, refletir sobre sua prática docente e o cotidiano escolar a partir do diálogo e percepção dos bolsistas, além da troca de experiência que enriquece a ambos. O PIBID tem se mostrado como um importante motivador da pesquisa e inovação, retomando o contato dos Professores e Professoras Supervisores com a universidade, o que por muitas vezes é difícil pela exaustão e sobrecarga docente, incentivando inclusive que os professores continuem seus estudos.

Além de um relato de experiência que a todo custo enfatiza o quão indispensável se é uma formação composta por teoria e por prática de forma unificada nas formações dos cursos de licenciatura, este artigo tem a necessidade de exemplificar o quanto é preciso um ensino plural, inclusivo e

horizontalizado no Brasil, utilizando da Semana dos Povos Indígenas desenvolvida pelo grupo de PIBID e avaliando seus resultados, mas ainda adiante pretendendo demonstrar como a questão indígena deve ser melhor trabalhada e expandida, podendo ser compreendida e lida como uma solução indígena em nossa sociedade, como apresentada por Melià (1999), em que os problemas educacionais desta nação poderiam ser resolvidos tendo como base a própria filosofia e o prisma que as populações indígenas possuem para lidar com suas questões e seus entraves.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. **Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos representações e ações.** 2017.

BITTENCOURT, C. **Identidades e ensino de história no Brasil.** In. CARRETERO, Mario; et.all. *Ensino da História e Memória Coletiva.* Porto Alegre: ARTMED, 2007, p. 33-52.

BONIN, Iara Tatiana. **Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 10, n. 1, p. 73-83, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

CEREZER, Osvaldo Mariotto et al. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afrobrasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes** (Mato Grosso, Brasil). 2015.

DINIZ, Leomar Oliveira. **Diálogo (necessário) entre o Ensino de História Indígena e Interculturalidade Crítica.** *Temporalidades*, v.12 n.3, 2020.

FERREIRA, Fabrício Gurkewicz. **Corporalidades Indígenas e a sua inserção no**

**ambiente escolar: possibilidades através de uma proposta integradora.**

FREIRE, P.. **Carta de Paulo Freire aos professores.** Estudos Avançados, v. 15, n. 42, p. 259–268, maio 2001.

GRUPIONI, Luís Donisete. **Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena.** Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 81, n. 198, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KAMBIWÁ, Avelin Buniacá. **Mulheres que correm como onças: mulheres indígenas: ancestralidade sagrada e poder!** In: FERREIRA, Jorgetânia. Feminismo das Maiorias, Usina Editorial, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2020. LIMA, A. C. S. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, RJ, 1995.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena na escola.** Cadernos Cedes, v. 19, p. 11-17, 1999.

SANTOS, Benerval Pinheiro. **Denúncias, anúncios, lamentos e lutas: a educação escolar indígena em foco / Complaints, announcements, laments and struggles.** Cadernos CIMEAC, v. 10, n. 1, p. 206-224, 2020.

SILVA, Edson. **Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula.** História & Ensino, v. 8, p. 45-61, 2002.

RODRIGUES, Robson e FERNANDES, Natália Ap. Morato. **Reflexões sobre alteridade: contribuições para a formação de professores.**

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação.** In: CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL–COLE. 2009. p. 20-24